

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 - 2025

ALTINHO - PE



Abril - 2014

Conteúdo

1.	APRESENTAÇÃO	03
2.	OBJETIVOS	04
	2.1 GERAIS	04
	2.2 ESPECÍFICOS	04
3.	ASPECTOS HISTÓRICOS	05
4.	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	07
	4.1 Localização Geoespacial do Município e Condições de Acesso	07
	4.2 Características Demográficas	07
	4.3 Características Étnicas	09
	4.4 Características Econômicas	10
	4.5 Indicadores Sociais	11
	4.6 Cultura, Turismo e Lazer	13
5.	SAÚDE E SANEAMENTO	14
	5.1 Infraestrutura	14
	5.2 Meios de Comunicação	15
6.	ASPECTOS EDUCACIONAIS	16
	6.1 Estrutura	16
	6.2 Rede Escolar	18
	6.3 Número de Escola por nível e modalidade de ensino	19
	6.4 Número de Matrículas por nível e modalidade de ensino	20
7.	NÍVEIS DE ENSINO	21
	7.1 Educação Infantil	21
	7.2 Ensino Fundamental	25
	7.3 Ensino Médio	30
	7.4 Ensino Superior	32
8.	MODALIDADES DE ENSINO	34
	8.1 Educação Especial	34
	8.2 Educação de Jovens e Adultos	36
	8.3 Educação do Campo	38
9.	MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	40
	9.1 Formação e Valorização do Profissional da Educação	40
10.	GESTÃO E FINANCIAMENTO	43
	10.1 Gestão Democrática	43
	10.2 Financiamento	44
11.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	46
	ANEXOS	47

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento à Constituição Federal no que diz respeito à Educação, como sejam: Lei de Diretrizes e Bases – LDB e o Plano Nacional de Educação – PNE, necessário se faz uma reformulação do seu Plano Municipal de Educação – PME para os próximos 10 (dez) anos.

O PME trata do seu conjunto no âmbito municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades.

O Plano, obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, se deu através do processo de construção coletiva, articulada com os vários segmentos e instituições ligados à Educação, visando um alinhamento conjunto de um documento que contemplasse as reivindicações e expectativas da sociedade traduzidas em metas.

A equipe técnica contribuiu com a atualização dos dados estatísticos, demográficos e educacionais que caracterizam o perfil do Município.

O trabalho de articulação deste Plano, foi realizado na oportunidade da Conferência Intermunicipal de Educação realizada na cidade de Cachoeirinha, que contribuiu com a construção das ações para se traçar as necessidades educacionais englobadas no presente documento.

O processo do esboço final, articulado pela Secretaria Municipal de Educação, será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação – CME e à Câmara Municipal para que seja aprovado e transformado em Lei.

Considerando a importância da Educação para uma sociedade igualitária, o PME aponta para uma Educação Plena contribuindo, assim, com a formação de cidadãos com uma nova visão do mundo e em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária e participativa.

Após os exaustivos trabalhos realizados sobre ao que se propõe este documento, o apresentamos às autoridades e representantes de toda a sociedade altinense, que poderão alterá-lo acrescentando ou excluindo o que se fizer necessário ao presente Plano Municipal de Educação, na oportunidade que reivindicamos aos responsáveis pela Educação, neste Município, que não fiquemos apenas nas palavras mas, sobretudo, que as ações sejam concretizadas.

JOSÉ PETRÚCIO RODRIGUES
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

2. OBJETIVOS

2.1 GERAIS:

- ✓ Elevar o nível de escolaridade da população;
- ✓ Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis;
- ✓ Reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- ✓ Democratizar a gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares.

2.2 ESPECÍFICOS:

- ✓ Ampliar o atendimento à Educação Infantil;
- ✓ Garantir o ensino fundamental de nove anos, inclusive aos que não o concluíram na idade própria;
- ✓ Ampliar o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais em salas regulares com profissionais capacitados;
- ✓ Combater a desigualdade social através de uma educação de qualidade para todos;
- ✓ Erradicar o analfabetismo entre os jovens e adultos do Município;
- ✓ Incentivar à profissionalização do jovem;
- ✓ Valorizar os profissionais da educação.
- ✓ Desenvolver sistemas de informação e avaliação em todos os níveis.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS

A fazenda Nossa Senhora do Ó foi a segunda, depois da de OPY (atual Jupi), fundada pelo Capelão pernambucano Antônio Vieira de Melo. Em 14 de dezembro de 1735 passa para o Coronel português Cristóvão Pinto de Almeida como dote por este ter casado com Josefa Maria do Ó, filha do capitão.

Na fazenda nasceram os seis filhos do casal e o segundo - José Vieira de Melo, de 1737 – foi o grande transformador da fazenda em povoado, pois doou à Freguesia de Garanhuns ½ légua de terra demarcadas do local onde construiu uma capela. Além da terra é doado um pequeno rebanho de 20 novilhas e um reprodutor para a manutenção da Capela que em 1773 ele construiu com a invocação de Nossa Senhora do Ó.

Os tropeiros que transportavam mercadorias Garanhuns/Recife via Fazenda de Nossa Senhora do Ó, se encarregaram de propagar as notícias sobre a construção da Capela, despertando o interesse de algumas pessoas que adquiriram, por compra ou doação, terrenos onde construiriam suas casas. Tudo isso em volta da capela e daí sua denominação “Povoado de Capela”.

Muito movimentada em 1832, foi pedido sua elevação à categoria de Vila com a criação de uma Freguesia, mas o pedido foi indeferido. Somente a 12/06/1837 a Lei Provincial Nº 45 do Governador Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo cria a Freguesia de Nossa Senhora do Ó.

A criação do Município só aconteceu pela LP 1560 de 30/05/1881, desmembrando uma parte do município de Caruaru, ao qual pertencia, para constituir o novo município do Altinho que só teve seu reconhecimento a 26/04/1886, com eleições nos dias 01 e 29/07/1886 para vereadores, que foram empossados a 07/01/1887.

Com o advento da República, foi eleito para prefeito, a 30/09/1891, o Cel. Brasiliano de Barros Correia, mas teve seu mandato cassado antes de assumir.

A 26/02/1892 foi eleito para prefeito José Nicodemos de Pontes, que governou de março a agosto do mesmo ano. Com a promulgação da Lei Orgânica dos municípios brasileiros a 03/08/1892, foi eleito para prefeito o também Cel. João Ferreira de Moraes (Cel. João Veríssimo da Umbaúba), o primeiro prefeito a concluir integralmente seu mandato de três anos.

Altinho foi instalado Município e Comarca a 11/04/1894 e a Vila só foi elevada à categoria de cidade através da Lei Nº 400 do governador a 28/06/1899, graças ao empenho do seu prefeito e também deputado estadual Pe. Manuel Zacarias de Souza Lyra.

Como prefeito, o padre reorganizou a antiga “Philarmonica Altinense” (de 1882) em 1899 com a denominação de “Banda Musical Santa Cecília” que em 1937 seria novamente reestruturada pelo Senhor Elpídio Bezerra de Menezes.

Em 1900 a cidade ganha iluminação a querosene composta de 40 lampiões e as ruas receberam novas denominações.

A luz elétrica chega a Altinho a 02/02/1926 através do empresário Manoel Licó da Fonseca Falcão e vai até 1949, quando o prefeito José Félix Rodrigues constrói a Usina elétrica municipal equipada com motor a diesel.

O serviço de abastecimento de água canalizada é implantado em dezembro de 1950 pelo mesmo prefeito. A energia da CHESF só chega no governo de Menandro Pereira Filgueira Neto, em 03/03/1963. A telefonia local é inaugurada pelo prefeito Júlio Rodrigues Filho que em segunda gestão também inaugurou o sistema DDD.

A imprensa surge em Altinho através do prefeito Pe. Zacarias em 1900 com o jornal “O Contemporâneo” impresso em tipografia própria; “O Censor” surge em 1937; “A Voz Infantil de Altinho”, em 1938; o “Jornal do Externato São José”; o “JAP” (Juventude Amor e Paz) em 1978; o “Myster” surge a 26/10/1980, atualmente em circulação; e o “Juvenil”, em 1981.

O município de Altinho mostra pelo seu percurso histórico, seu espírito guerreiro; cada conquista é fruto de grandes empreitadas que enchem de orgulho seus filhos e filhas que lutam para ver esta Terra crescer.

(Professor Othon Bezerra)

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 Localizações Geoespacial do Município e Condições de Acesso



Altinho é um município pernambucano localizado na Mesorregião Agreste e na Microrregião do Brejo Pernambucano, a 163,1 Km da capital, Recife. Possui uma altitude de 454 m.

A área do município é de **454,4 Km²**, limitando-se ao norte com Caruaru e São Caetano; ao Sul com Ibirajuba, Panelas e Cupira; ao Leste com Agrestina e a Oeste com Cachoeirinha.

É formado por: Sede, Distrito de Itaguaçu e pelos povoados de Guaraciaba, Vila São José e Taquara de São Pedro.

Suas principais vias de acesso são BR 232/104, via Caruaru/Agrestina e PE 149, todas asfaltadas.

4.2 Características Demográficas

De acordo com o censo **2010** do IBGE, a população residente total é de **22.353** habitantes, sendo **12.776** (57,15%) na zona urbana e **9.577** (42,85%) na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizam **11.107** (49,69%), e do feminino totalizam **11.246** (50,31%), resultando numa densidade demográfica de 49,1 hab/km², conforme tabelas a seguir:

Características Demográficas – Ano 2010

Situação do Domicílio	Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
Rural	00 a 09 anos	673	752	1.425
Rural	10 a 19 anos	862	1.093	1.955
Rural	20 a 29 anos	719	677	1.396
Rural	30 a 39 anos	507	744	1.251
Rural	40 a 49 anos	564	528	1.092
Rural	50 a 59 anos	438	535	973
Rural	60 a 69 anos	342	476	818
Rural	70 anos ou mais	407	260	667
Urbana	00 a 09 anos	918	978	1.896
Urbana	10 a 19 anos	1.171	1.154	2.325
Urbana	20 a 29 anos	1.073	1.164	2.237
Urbana	30 a 39 anos	955	737	1.692
Urbana	40 a 49 anos	781	786	1.567
Urbana	50 a 59 anos	643	411	1.054
Urbana	60 a 69 anos	501	308	809
Urbana	70 anos ou mais	692	504	1.196
Total	-	11.246	11.107	22.353

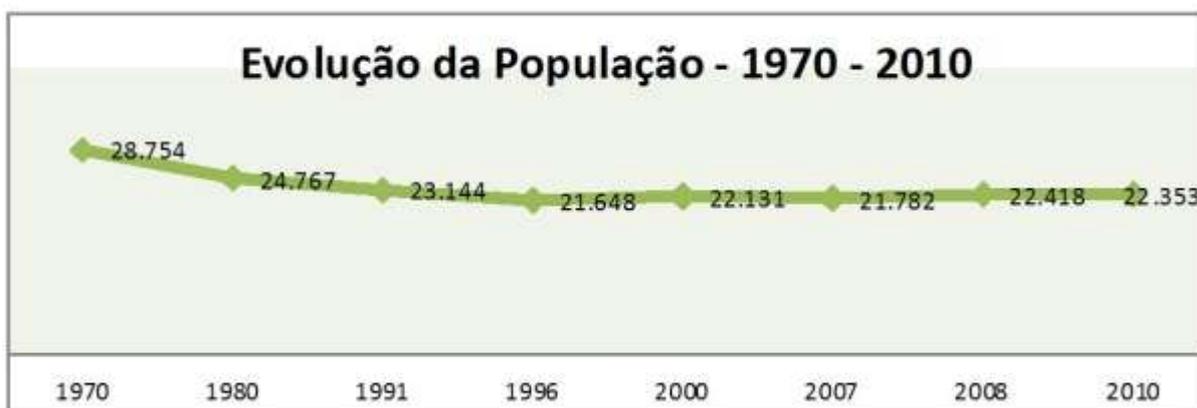
Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

4.3 Características Étnicas – Ano 2010

Grupo Étnico	Mulheres	Homens	Total
Branco	4.778	4.225	9.003
Negro	732	631	1.363
Pardo	5.629	6.104	11.733
Amarelo	47	17	64
Índio	-	09	09
S/Declaração	54	127	169
Total	11.246	11.107	22.353

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

A população altinense, desde o último censo realizado em 2010, vem mantendo certa estabilidade em relação aos censos anteriores que mostravam uma crescente diminuição populacional, de acordo com o gráfico abaixo:



Segundo a contagem feita pelo IBGE em 2010, a população residente é 22.353, localizada 12.776 (57,16 %), na área urbana e 9.577 (42,84%) na área rural. Destes 10.972 (49,10%) são homens e 11.118 (50,90%), mulheres.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E GÊNERO – 2000 – 2010

		URB	RUR	HOMEM	MULHER
2000	22.131	10.542	11.589	11.063	11.068
%		47,6%	52,4%	50%	50%
2007	21.782	12.064	9.718	10.819	10.942
%		55,39%	44,61%	49,67%	50,23%
2010	22.353	12.776	9.577	10.972	11.118
%		57,16%	42,84%	49,10%	50,90%

FONTE: IBGE

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS DE IDADE – 2010

0 a 4	1.202
5 a 9	1.879
10 a 14	2.216
15 a 19	2.064
20 a 29	3.633
30 a 39	2.943
40 a 49	2.659
50 a 59	2.027
60 a 69	1.627
70 a 79	1.201
80 e +	639
TOTAL	22.090

FONTE: IBGE, Contagem da população 2010.

4.4 Características Econômicas

Segundo o IBGE, as principais atividades econômicas são: Agropecuária (58,8 %); Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos (12,9 %) e outras atividades (28,3 %).

A renda mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, em 2000, de acordo com o IBGE:

Salários Mínimos	(%)
Até ½	7,81
½ a 1	50,02
1 a 2	13,98
2 a 5	6,76
5 a 10	2,35
10 a 20	0,65
Mais de 20	0,28
Sem rendimento	18,15
Total	100,00



(Portal ODM)

4.5 Indicadores Sociais

Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2010

IDH-M		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010
0,480	0,598	0,480	0,559	0,528	0,792	0,433	0,482

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A taxa de analfabetismo, segundo o IBGE em 2010 era:

Faixa Etária	(%)
7 a 14	28,69
10 a 14	15,56
15 a 17	13,45
18 a 24	23,73
25 ou mais	42,83

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Organização e ações sócio-políticas

Grupos Sociais Locais

- ✓ Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto
- ✓ Associação dos Estudantes de Altinho
- ✓ Associação dos Transportes Alternativos de Altinho
- ✓ Associação comunitária de Sucavão
- ✓ Associação Comunitária de Taquara
- ✓ Associação Comunitária de Guaraciaba
- ✓ Associação Comunitária de Jabuticaba
- ✓ Associação Comunitária de Caracol
- ✓ Associação Comunitária de Queimadas
- ✓ Associação Comunitária de Umbaúba

- ✓ Associação Comunitária de Poço de Sombra
- ✓ Associação Comunitária de Gonçalo Antunes
- ✓ Associação Comunitária de Mandioca
- ✓ Associação Comunitária de Porteiras
- ✓ Associação Comunitária do Letreiro
- ✓ Associação Comunitária do Quilombo
- ✓ Associação Comunitária do Carrasco
- ✓ Associação Comunitária de Jenipapo
- ✓ Associação Comunitária Posto Agropecuário
- ✓ Associação Comunitária dos Agentes de Saúde
- ✓ Associação de Apoio aos Deficientes de Altinho
- ✓ Associação de Amparo à Maternidade Altinense
- ✓ Associação Comunitária de Lagoa do Queijo
- ✓ Associação Comunitária de Cajarana
- ✓ Associação Comunitária de Itaguaçu
- ✓ Associação Comunitária do Cantinho
- ✓ Associação Comunitária do Carão
- ✓ Associação Comunitária da Vila de São José
- ✓ Associação Comunitária de Demarcação
- ✓ Associação Comunitária do Morcego
- ✓ Associação Comunitária do Alecrim
- ✓ Associação Comunitária dos Artesãos de Altinho
- ✓ Associação Comunitária da Bonita
- ✓ COLVALE – Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Una

Entidades de Classe

As principais entidades de classe presentes no Município são as seguintes:

- ✓ Sindicato dos Trabalhos Rurais de Altinho
- ✓ Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

ONG's

- ✓ SAIJA - Sociedade de Assistência à Infância e à Juventude de Altinho

Conselhos

- ✓ Conselho Municipal de Educação
- ✓ Conselho Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- ✓ Conselho Tutelar
- ✓ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

- ✓ Conselho de Alimentação Escolar
- ✓ Conselho do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério
- ✓ Conselho Municipal de Saúde

Programas Sociais

- ✓ Bolsa Família
- ✓ SCSV– Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (antigo PETI)

4.6 CULTURA, TURISMOS E LAZER

Feira Livre	Sábado e Quarta
Padroeira	Nossa Senhora do Ó (18/12)
Festas	Nossa Senhora do Ó, São Sebastião, Carnaval, São João e Natal.
Atrativos	Pedra do Letreiro, Cachoeiras de Nestor, Memorial.

5. SAÚDE E SANEAMENTO

O município de Altinho, de acordo com DATASUS 2010, conta com 01 (um) hospital, com **08 (oito)** equipes de PSF e **49 (quarenta e nove)** agentes do PSFs.

O número de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos em 2005, considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC foi 18,3.

Os dados de saneamento disponíveis são os do Censo Demográfico 2000.

DOMICÍLIOS POR FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COM BANHEIRO OU SANITÁRIO, E DESTINO DO LIXO – 2010.

TOTAL DE DOMICÍLIO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			BANHEIRO OU SANITÁRIO			DESTINO DO LIXO	
	REDE GERAL	POÇO OU NASCENTE	OUTRA	TINHAM		NÃO TINHAM	COLETADO	OUTRO DESTINO
				TOTAL	REDE GERAL			
8.138	5.434	938	1.766	8.138	5.188	2.950	5.288	2.850

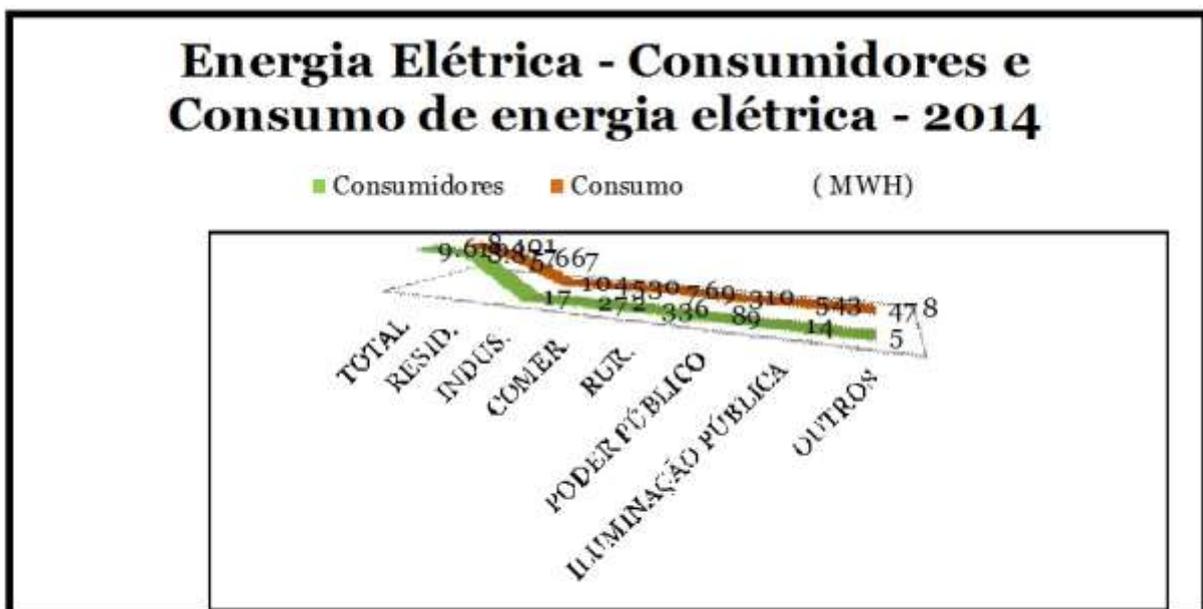
FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

5.1 INFRAESTRUTURA

Água – Quantidade de economias por classe – 2014

TOTAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO
6.189	5.907	224	19	39

FONTE: COMPESA



FONTE: CELPE

Transporte – Frota de Veículos licenciados por tipo – 2010

Total	2.788
Automóvel	865
Caminhão	70
Caminhão-trator	03
Caminhonete	153
Caminhoneta	61
Ônibus	26
Microônibus	49
Motocicleta	1.302
Motonetas	256
Utilitários	03

FONTE: IBGE, 2010.

Banco – Instituições Financeiras

Discriminação	Total	Público	Particular
Agências	01	01	-
Postos	06	01	01

FONTE: Banco Central

5.2 MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O Município dispõe de diversos serviços de telecomunicações existentes, telefonia fixa e móvel, internet, etc. Conta com uma rádio comunitária, e o Jornal Myster, local, em circulação desde 1980.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

6.1 Estrutura

Secretaria Municipal de Educação

A SME está passando por uma reestruturação administrativa e conta com:

- ✓ Equipe de Planejamento
- ✓ Diretoria de Ensino
- ✓ Diretoria de Administração
- ✓ Setor de Escrituração
- ✓ Setor de Transporte Escolar
- ✓ Setor de Bolsa Família
- ✓ Setor de Alimentação Escolar
- ✓ Almoxarifado

Conselho Municipal de Educação

Criado através da Lei Municipal nº 940 de 03 de setembro de 1997, e reestruturado através da Lei Municipal nº 1.072 de 01 de agosto de 2007, o CME é composto por um grupo paritário, formado pelas seguintes entidades e/ou órgãos:

- ✓ Secretaria de Educação
- ✓ Secretaria de Finanças
- ✓ Câmara de Vereadores
- ✓ Professores da Rede Municipal
- ✓ Professores da Rede Estadual
- ✓ Pais de alunos
- ✓ Sindicato dos servidores municipais
- ✓ Estudantes

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Criado através da Lei Municipal nº 975 de 1º de setembro de 2000, alterado pela Lei 1.120 de 24 de julho de 2009 e em consonância com a Resolução CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. É composto pelos seguintes segmentos:

- ✓ Representante do Poder Executivo;
- ✓ Representantes das Entidades Docentes, Discentes ou Trabalhadores na área de educação;
- ✓ Representante de pais de alunos;
- ✓ Representantes indicados por entidades civis organizadas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

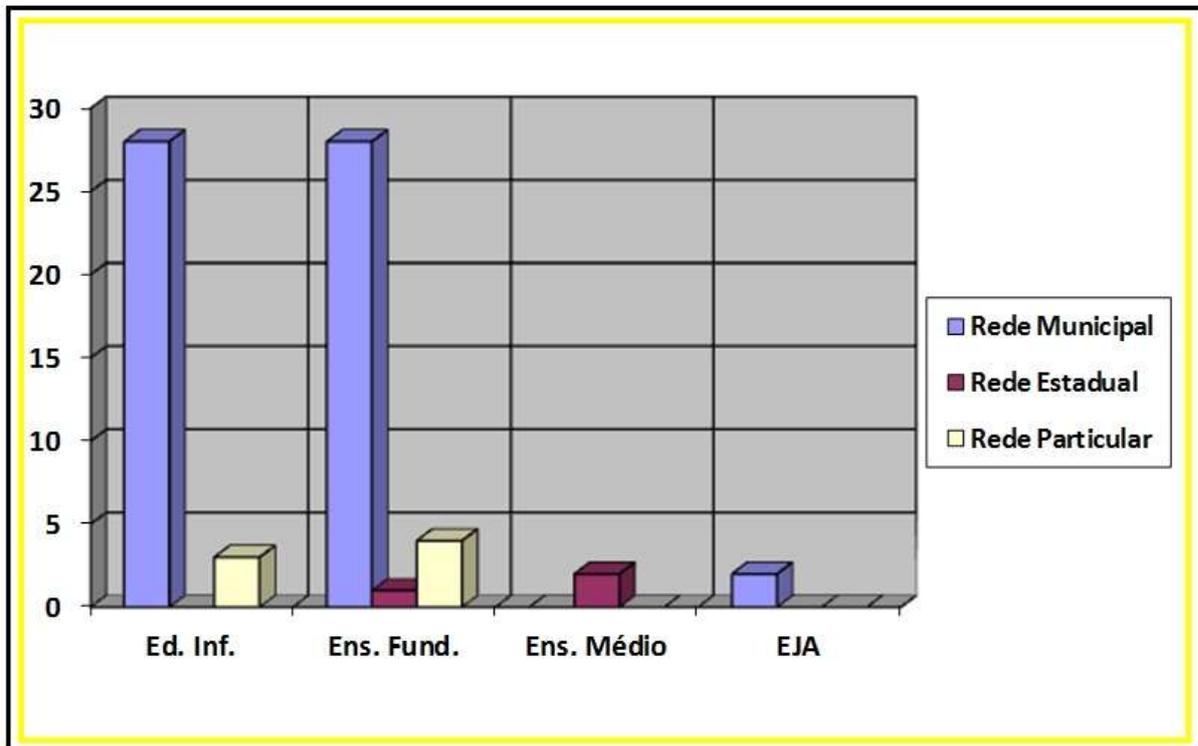
Conselho de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Criado através da Lei Municipal nº 1.070 de 26 de julho de 2007, e alterado pela Lei Municipal nº 1.117 de 26 de maio de 2009. O CACS-FUNDEB é constituído em consonância com a Portaria nº 430 de 10 de dezembro de 2008 do FNDE, consoante representação a seguir:

- ✓ Representantes do Poder Executivo;
- ✓ Representantes dos Professores da Educação Básica;
- ✓ Representantes dos Diretores das Escolas Públicas;
- ✓ Representantes dos Servidores Técnico-administrativos;
- ✓ Representantes dos Pais de alunos;
- ✓ Representantes dos Estudantes da Educação Básica;
- ✓ Representantes do Conselho Municipal de Educação;
- ✓ Representantes do Conselho Tutelar.

6.2 Rede Escolar

A rede escolar do município é composta da seguinte estrutura:



FONTE: Sec. Educação 2014

6.3. Número de escolas por nível e modalidade de ensino

Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Ano	Quantidade de Estabelecimento		Quantidade de Professores Por Modalidade de Ensino
			Zona RURAL	Zona URBANA	
Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2014	-	-	51
	Educação Infantil		-	-	
	Ensino fundamental		-	01	
	Ensino Médio		-	02	
	Ensino Profissionalizante		-	-	
Municipal	Educação de Jovens e Adultos		-	02	08
	Educação Infantil		03	04	51
	Ensino Fundamental		25	03	112
	Ensino Médio		-	-	-
Privada	Educação de Jovens e Adultos		-	-	-
	Educação Infantil		-	04	20
	Ensino Fundamental		-	03	58
	Ensino Médio		-	-	-

6.4 Número de Matrículas por modalidade e nível de ensino em 2014.

Nível/ Modalidade	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular	TOTAL
Creche	-	122	33	153
Pré-Escola	-	503	227	730
Ed. Especial	14	110	02	112
Ens. Fund.	498	3.084	538	4.120
Ens. Médio	988	-	-	988
EJA	-	194	-	194
Total	1.500	4.013	800	6.313

FONTE: SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALTINHO - 2014

A taxa de escolarização líquida de acordo com o Censo Demográfico 2010-IBGE é de 85,6% de 7 a 14 anos e de 12,2% de 15 a 17 anos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – é o seguinte:

	Anos Iniciais do Ens. Fund.				Anos Finais do Ens. Fund.				Ensino Médio			
	Observado		Metas		Observado		Metas		Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
Brasil	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Pernambuco	3,1	3,5	3,2	5,4	2,4	2,5	2,4	4,5	2,7	2,7	2,7	4,5
Altinho	2,5	3,0	2,6									
Rede Est.	-	-	-	-	2,3	2,3	2,4	4,5				
Rede Mul.	-	3,0	-	5,3	2,5	3,0	2,6	4,5				

A taxa de analfabetismo, de acordo com o Censo Demográfico 2010 – IBGE é de 19,40% para a população de 10 a 15 anos. E de 43,90% para a população de 15 anos ou mais.

7. Níveis De Ensino

7.1 Educação Infantil

Diagnóstico

A Educação Infantil destina-se a crianças na faixa de zero a **cinco** anos de idade, sendo que o atendimento de zero a três anos deve ser oferecido em creches, e de quatro a **cinco** anos na pré-escola. O atendimento à Educação Infantil no município de Altinho, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (Resolução CEB/CNE N° 01 de 07 de abril de 1999), está pautado nos seguintes fundamentos Norteadores:

- a) Princípios Éticos da autonomia, da Responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) Princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do Exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) Princípios Estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Dessa forma, faz-se necessário reconhecer a atual situação da Educação Infantil em Altinho a fim de se estabelecer as diretrizes necessárias para a oferta de “práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que é um ser completo, total e indivisível”.

Números de estabelecimentos da Educação Infantil por localização e rede de ensino.

REDE	2010		2011		2012		2013	
	ZU	ZR	ZU	ZR	ZU	ZR	ZU	ZR
MUNICIPAL	04	24	04	24	04	24	04	24
PARTICULAR	04	-	04	-	04	-	04	-
TOTAL	08	24	08	24	08	24	08	24

O número de estabelecimentos que oferecem educação infantil no Município vem se mantendo estável na área urbana, mas vem decrescendo a cada ano na área rural. Além disso, as condições do espaço físico, banheiro e do mobiliário não são adequados em todas as unidades escolares.

O Município conta com apenas uma creche na área urbana que atende a 120 crianças de 0 a 05 anos de idade, atualmente há uma nova creche em construção.

As turmas Multietapas, ou seja, turmas formadas por alunos da educação infantil e do ensino fundamental, ainda são uma realidade na rede municipal de ensino e corresponde a cerca de **40%** das turmas da área rural em **2014**.

Número de Matrículas da Educação Infantil por localização e Rede de Ensino

REDE	2010		2011		2012		2013	
	ZU	ZR	ZU	ZR	ZU	ZR	ZU	ZR
Municipal	358	224	251	176	327	163	329	174
Total	358	224	251	176	327	163	329	174

Com a diminuição do número de estabelecimentos, conseqüentemente o número de matrículas também vem decrescendo na rede municipal. No entanto, faz-se necessário considerar que no Município em 2007 existia 1.707 crianças de 0 a 04 anos de idade, e foram atendidas cerca 50% deste total. Percebe-se que o município carece de mais instituição de educação infantil.

Funções Docentes – Educação Infantil em 2013

Situação	Normal Médio	Pedagogia	Outras licenciaturas	Especialização	Total
Contratado	18	-	-	-	18
Efetivo	26	05	01	01	33
Total	44	05	01	01	51

Os professores da Educação Infantil possuem a formação mínima para o exercício do magistério, mas faz-se necessário incentivá-los a prosseguir os estudos para progredir na carreira e melhorar a qualidade da educação ofertando, bem como alçarem a própria emancipação, a exemplo dos - que atualmente estão cursando a graduação, superando desafios e superando-se.

As escolas de Educação Infantil ainda não possuem uma Proposta Pedagógica construída democraticamente por todos que fazem a escola e sintonizada com as novas diretrizes para a educação infantil, considerando as atuais demandas e necessidades de sociedade atual. De acordo com a Proposta da Proinfância, a Proposta Pedagógica do Município de Altinho encontra-se em elaboração.

O que se constata em relação à Educação infantil é que a oferta desse nível de ensino ainda é restrita no Município, apresentando precariedade em termos do ambiente física e recursos humanos.

Considerando-se os indicadores sociais do Município, a expansão da oferta da pré-escola, obedecendo-se a um padrão de qualidade terá, indubitavelmente, um impacto positivo nos resultados educacionais, uma vez que as diretrizes curriculares nacionais para educação infantil apontam que esta deve propiciar “ a interação entre as diversas áreas de conhecimentos e aspectos da vida cidadã, contribuindo assim com o provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores” preparando cidadãos desde a mais tenra idade.

DIRETRIZES

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, na atualidade, torna-se, a cada dia, mais necessária como complemento da ação da família, no sentido de garantir às crianças os estímulos necessários ao seu desenvolvimento social, físico, afetivo e cognitivo/linguístico; dessa forma, urge ampliar o seu atendimento em nosso Município.

Contudo, os estabelecimentos que oferecem este nível de ensino devem ser adequados às necessidades desta faixa etária, com banheiros, mobiliários e espaços de lazer adaptados.

As turmas de Multietapa devem ser reduzidas, quando não extintas, para não comprometer o desenvolvimento integral dessa clientela.

Os professores que atuam neste nível de ensino devem se qualificar de acordo com as orientações da LDB, com a formação mínima em pedagogia, e a SME deve coordenar propostas de formação continuada que contemplem as especificidades da educação infantil.

Todas as escolas devem construir suas propostas pedagógicas de acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.

OBJETIVOS E METAS

1. Expandir a oferta da educação infantil em até 70%, em cinco anos, e atingir 85% até o final da década.
2. Estabelecer programas de formação inicial e continuada do professor da Educação Infantil, de forma que em cinco anos 80% dos professores atinjam a formação em nível superior e, em dez anos, 50% possuam especialização Lato Sensu na área.
3. Construir até o final da década, um Centro Educação Infantil atendendo aos padrões básicos de infraestrutura estabelecidos com base no PMFE (Padrões Mínimos de Funcionamento escolar) instituído pelo Ministério da Educação.
4. Ampliar em dois anos, a Escola Municipal de Educação infantil Professora Maria Alves da Silva.
5. Assegurar, que em cinco anos, todas as instituições de educação infantil tenham seus projetos pedagógicos formulados com base nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, com a participação de toda a comunidade escolar.
6. Construir uma sala para os professores e um parquinho infantil adequado e com amplo espaço.
7. Proporcionar encontros com as famílias de forma a conscientizar e estimular sua participação na Educação.

8. Ampliar o mobiliário escolar de modo que atenda as necessidades dos educandos.

7.2 - Ensino Fundamental

DIAGNÓSTICO

O total de matriculados no Ensino Fundamental em Altinho é de 4.580, dos quais 959 (20,9%) na rede estadual; 3.084 (67,3%) na rede municipal e 537 (11,7%) na rede privada, segundo dados do INEP/EDUCASENSO/2013. A oferta de matrículas de 1º ao 5º anos na rede pública concentra-se na rede municipal. As três redes oferecem matrículas de 1º ao 9ª anos.

Embora as taxas de atendimento a este nível de ensino estejam próximas da universalização, os indicadores educacionais apontam o baixo desempenho em relação à aprendizagem escolar, comprometendo a qualidade do ensino ofertado. Os dados do IDEB mostram que o Município está abaixo dos índices do Estado de Pernambuco e do País, conseqüentemente, longe dos patamares ideais para educação nacional.

A taxa de escolarização líquida no município de acordo com o Censo Demográfico 2000-IBGE é de 85,6% de 7 a 14 anos e de 12,2% de 15 a 17 anos. Se considerarmos que a taxa de distorção idade/série, podemos constatar que mais de 50% dos alunos matriculados no ensino fundamental estão dois ou mais anos defasados em relação à série escolar própria para a idade. Este dado é fruto de fatores como evasão e reprovação.

A rede municipal não dispõe de salas de aula suficientes para atender a demanda, por isso no ano de 2014, 11 turmas funcionam em salões como anexos das escolas municipais, com a infraestrutura precária, sem atender aos padrões mínimos de funcionamento escolar (PMFE), referendam a necessidade de ampliar a rede para que não seja comprometida a qualidade do ensino ministrado nestas turmas.

Algumas escolas da área rural, também apresentam sérios problemas em relação à infraestrutura de acordo com os relatórios do Levantamento da Situação da Escola (LSE).

O transporte escolar da área rural para a urbana bem como entre as localidades na área rural, é um fator que merece atenção. A frota é insuficiente, além disso, muitos carros não atendem aos padrões estabelecidos pelo CONTRAN para o transporte de escolares, acarretando uma série de problemas para os estudantes.

A implantação do Ensino Fundamental de 09 anos, previsto na LDB desde sua promulgação, se efetiva em 2010 em todo território nacional. Esta implantação, no entanto, ainda abarca algumas lacunas em relação à criança que chega ao Ensino Fundamental, com seis anos de idade, dado às especificações desta nova clientela. Faz-se necessário rever, desde a organização dos espaços físicos, à constituição de uma nova proposta curricular que alcance as necessidades da criança de forma a garantir que seja alfabetizada até os oito anos de idade.

E ainda garantir que as crianças sejam alfabetizadas no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental; corrigir a distorção idade-série; garantir que todas as escolas construam/reformulem suas propostas pedagógicas; assegurar a formação dos professores e elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para este nível de ensino através da melhoria da qualidade do ensino ofertado.

DIRETRIZES

As diretrizes que norteiam o Ensino Fundamental estão estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

O Plano Estadual de Educação estabelece a universalização do ensino fundamental em cinco anos, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar.

Para garantir esta universalização, faz-se necessário investir em metodologias de correção do fluxo escolar, combate à evasão e à repetência escolar, assim como melhorar a infraestrutura física das escolas, equipá-las com laboratórios de informática e bibliotecas além de acesso a rede mundial de computadores (INTERNET). É importante também fortalecer a colaboração entre as redes de ensino (municipal, estadual e particular).

Para realizar o acompanhamento pedagógico, bem como animar o processo de construção/acompanhamento da Proposta Pedagógica em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, faz-se necessário a presença de um Coordenador Pedagógico em cada escola a partir de 150 alunos.

A qualidade da educação deverá ser constantemente avaliada, seja através dos exames nacionais, seja através de sistema próprio de avaliação para incentivar a reflexão sobre a aprendizagem dos alunos e dos fatores destes resultados.

Para contribuir com a elevação dos indicadores de qualidade do ensino fundamental, a formação do corpo docente deve estar prevista em um Plano de Formação Continuada dos Professores que assegurará a formação inicial e em serviço dos professores promovendo sua valorização através da formação, bem como da reestruturação do Plano de Cargos e Carreira do Magistério.

OBJETIVOS E METAS

1. Universalizar em cinco anos o atendimento de Ensino Fundamental de nove anos garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar.
2. Implantar, no prazo de três anos, gradativamente quatro ciclos no Ensino Fundamental, organizado da seguinte maneira: 1º ciclo, 6º - 8º anos; o 2º, 9º - 10º; o 3º, 11º - 12º e o 4º ciclo, 13º - 14º anos.
3. Assegurar que, em três anos, todas as unidades escolares de Ensino Fundamental formulem democraticamente com a participação de toda comunidade escolar, seus projetos pedagógicos à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais.
4. Assegurar que, em dois anos, todas as escolas, a partir de 150 alunos, possuam um coordenador pedagógico, responsável por animar o processo de construção/execução do projeto pedagógico da escola, dentre outras atividades de cunho educativo, cultural e social.

5. Reduzir os índices de distorção idade-série em 50% em cinco, com progressiva redução até o final da década.
6. Nuclear no mínimo 5% das escolas de Ensino Fundamental da área rural em 4 (quatro) anos, garantindo as condições necessárias para o acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes através de escola com boa infraestrutura e transporte escolar, se necessário.
7. Garantir que no prazo de sete anos, todas as escolas do Município estejam dentro dos padrões de acessibilidade.
8. Concluir em cinco anos, uma escola de Ensino Fundamental que atenda aos padrões mínimos de funcionamento escolar (PMFE) estabelecido pelo Ministério da Educação, e até o final da década mais uma escola com as mesmas condições.
9. Construir, em um ano, um plano de recuperação das escolas da rede municipal com previsão de ampliação e manutenção periódica da infraestrutura.
10. Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental em todas as redes, melhorando assim o IDEB do Município.
11. Garantir material didático e pedagógico durante todo ano letivo para todas as escolas da rede municipal, bem como utensílios de cozinha e de limpeza da unidade escolar.
12. Assegurar a distribuição de alimentos saudáveis em qualidade e quantidade suficientes e apropriados ao paladar dos estudantes na merenda escolar.
13. Fortalecer as parcerias entre as três redes de ensino do município (municipal, estadual e particular).

14. Construir, em um ano, o plano de formação dos professores, garantindo a formação inicial e continuada a todos os professores do Ensino Fundamental, promovendo sua valorização através da formação.
15. Reformular o Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais do Magistério garantindo o cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional.
16. Adquirir, no mínimo, oitenta títulos (livros) por ano, para construção e ampliação progressiva da Biblioteca do Professor.
17. Equipar, no mínimo, duas escolas por ano com bibliotecas ou salas de leitura.
18. Assegurar que até o final da década, pelo menos 30% das escolas possuam Laboratório de Informática interligados, à rede mundial de computadores.
19. Garantir que em cinco anos 100% da frota que faz o transporte escolar o faça seguindo as diretrizes do CONTRAN.
20. Adquirir, em cinco anos, mais dois ônibus para o transporte escolar, e até o final da década mais três ônibus através de convênios e parcerias com o Estado e a União.
21. Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas até a vigência do Plano.
22. Alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, durante os 5 anos de vigência do Plano, reduzindo a idade de alfabetização até 2020.

7.3 Ensino Médio

DIAGNÓSTICO

No município de Altinho, duas escolas da rede pública estadual oferecem o Ensino Médio, sendo uma Escola de Referência em Ensino Médio. As escolas estaduais têm passado por reformas e ampliação para atender a demanda, contudo a EREM já se tornou de tempo integral, uma vez que sua reforma já foi concluída.

De acordo com os dados do INEP/Censo Escolar 2013 - Educacenso, o Município possui 954 alunos matriculados no Ensino Médio contra 3.084 do Ensino fundamental. Este dado revela o alto índice de retenção de alunos no Ensino Fundamental o que aponta para a necessidade de medidas urgentes para corrigir o fluxo escolar e garantir que os alunos concluam esta etapa da educação básica. Com isso, faz-se necessário a ampliação da oferta de vagas no Ensino Médio em médio prazo.

Outro ponto que merece atenção é a questão da evasão no Ensino Médio.

O transporte escolar não tem atendido satisfatoriamente a alguns estudantes que vêm da área rural, uma vez que os mesmos veículos que os transportam no turno da tarde trazem os estudantes do turno da noite, e devido à distância, tal situação ocasiona atrasos e o baixo aproveitamento do tempo pedagógico aos alunos do turno da noite.

Existem professores que atuam no Ensino Médio e estão lecionando disciplinas diferentes de sua área de formação.

O grande desafio é se preparar para o aumento da demanda, corrigir o fluxo escolar, combater a evasão e melhorar a qualidade do ensino oferecido, elevando o índice de desenvolvimento da educação básica para este nível de ensino.

DIRETRIZES

Em consonância com a LDB e as diretrizes Curriculares para o Ensino Médio é preciso rever as matrizes curriculares para este nível de ensino a fim de melhor atender as necessidades de formação dos estudantes.

A expansão da oferta e melhoria da qualidade do ensino médio deve estar associada às diretrizes que levem à correção do fluxo escolar dos alunos da educação básica e no combate à evasão escolar.

Com base nas oportunidades que se apresentam, num futuro próximo, para o nosso município, faz-se necessário buscar investimentos para a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes para os nossos jovens. Assim como oferecer cursinhos preparatórios para vestibulares e concursos propiciando aos jovens que já concluíram o ensino Médio a possibilidade de rever conteúdos e se preparar para vestibulares e concursos.

Apesar do baixo índice de professores com distorção formação/área de atuação, faz-se necessário incentivar os docentes a ingressarem em cursos de formação para corrigir esta distorção e garantir a melhoria do ensino ofertado principalmente nas disciplinas mais crítica como matemática e ciências naturais e biológicas.

Incentivar a participação estudantil nas decisões da escola no intuito de incentivar a permanência dos jovens e garantir o seu êxito no sistema escolar.

OBJETIVOS E METAS

1. Incentivar a implantação e consolidação, no prazo de cinco anos, da nova concepção curricular proposta nas diretrizes nacionais para o Ensino Médio, em consonância com as Diretrizes Curriculares estaduais.
2. Buscar a melhoria do índice de desenvolvimento da educação básica-IDEb que está bem abaixo do índice nacional e estadual.
3. Reduzir em 5% ao ano, a repetência e evasão, para que em cinco anos os estudantes possam concluir este nível de ensino no tempo médio de quatro anos.
4. Incentivar 100% dos professores que estão fora de área a ingressarem e concluírem no prazo de cinco anos a formação dentro das áreas específicas. Assegurar condições para o acesso a cursos de formação continuada.
5. Realizar campanhas junto às famílias, enfocando a importância do acompanhamento aos estudantes deste nível de ensino.
6. Efetuar parcerias para adquirir dois ônibus escolares, em quatro anos, para melhorar o atendimento aos estudantes do turno da noite.

7.4 Ensino Superior

DIAGNÓSTICO

A Educação Superior tem como uma de suas finalidades de acordo com a LDB formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. Esta e outras finalidades da educação superior apontam para a necessidade dos cidadãos ingressarem neste nível de ensino, outrora considerando desnecessário ou fora do alcance das populações menos favorecidas.

Com a expansão e interiorização dos campus da universidade federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade estadual de Pernambuco (UPE), além da crescente oferta de cursos cada vez mais variados pela rede privada na região agreste, permitindo que um número maior de altinenses ingressem em cursos superiores.

A maioria dos estudantes atendidos pelo Transporte Municipal está matriculada em Faculdades Privadas, em cursos presenciais e na modalidade de EAD (Educação à Distância). Não dispomos de dados oficiais de quantos altinenses não utilizam o transporte Municipal e estão cursando algum curso de nível superior, mas sabemos que alguns cursos como os da área de saúde têm muito procurados pelos jovens altinenses nos Campus de Recife(PE), João Pessoa(PB), Campina Grande(PB) e Maceió (AL).

Os desafios que se apresentam para o nosso Município neste nível de ensino, é estimular os jovens que estão concluindo o Ensino Médio ingressarem em algum curso superior, bem como oferecer condições, de deslocamento, para melhor se preparar para concorrer a vagas no mercado de trabalho. Outro desafio e, talvez, o maior de todos para que estes possam concluir seus estudos com bom aproveitamento, é incentivá-los a ingressarem em cursos que visem o desenvolvimento de nossa cidade para que sejam absorvidos no próprio município e não se vejam obrigados a deixar sua cidade por não terem oportunidades de atuar profissionalmente.

DIRETRIZES

De acordo com várias pesquisas, as pessoas com maior escolaridade adoecem menos, vivem mais e melhor, participam mais ativamente da vida em sociedade, contribuindo para a elevação de diversos indicadores de desenvolvimento social do país como um todo. O apoio público é decisivo neste cenário.

Faz-se necessário estimular os altinenses a ingressarem no nível superior, oferecendo condições para o acesso e permanência até a sua conclusão.

Estabelecer parcerias com entidades sérias, para oferecer cursos na modalidade EAD no próprio Município, como também cursos presenciais nas modalidades de graduação e Pós.

Criar mecanismos para estimular e apoiar a pesquisa sobre os diversos aspectos do Município, no intuito de buscar o desenvolvimento da cidade através da atuação universitária pela pesquisa, estimulando o vínculo à instituições de apoio à pesquisa.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir o transporte universitário gratuito a todos os estudantes do Ensino Superior.
2. Oferecer cursinho pré-vestibular gratuito para aqueles que já concluíram o Ensino Médio e desejam ingressar no Ensino Superior.
3. Incentivar os estudantes do Ensino Médio a participarem do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para concorrerem a bolsas de estudo do PROUNE.
4. Estimular e incentivar a participação em pesquisa universitária através de programas de bolsa de estudo oferecida pelo governo federal, e oferecer 01 bolsa de estudo por ano a alunos de baixa renda devidamente comprovada e que atenda aos requisitos de Edital.
5. Elevar em 100% o número de universitários em cinco anos.
6. Efetuar parcerias com universidades sérias para oferecer cursos de graduação e especialização nas suas modalidades de ensino, ministrados em Altinho.

8. MODALIDADES DE ENSINO

8.1 Educação Especial

DIAGNÓSTICO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em Altinho, busca acompanhar o movimento mundial pela Educação Inclusiva, considerando suas dimensões políticas, culturais, sociais e pedagógicas, em consonância com a nova política nacional para a Educação Especial que é taxativa ao afirmar que todas as crianças e jovens com necessidades especiais devem estudar na escola regular.

Em 2013 a rede municipal de ensino atendeu em turmas regulares a 110 estudantes do Ensino Fundamental com necessidades educacionais especiais conforme o quadro abaixo:

Deficiência								
Deficiência Intelectual	Cegueira	Deficiência Visual	Surdez	Síndrome de Down	Deficiência Física	Deficiências Múltiplas	T.G.D.	Total
72	-	09	11	-	11	05	02	110

Destes 110 estudantes, foram acompanhados por professores capacitados e por psicólogo na Sala de Recursos Multifuncionais, onde se realizou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contra turno, conforme definição do Decreto 6.571/2008.

O papel do docente diante da política de inclusão remete à necessidade de uma formação mais ampla. Assim, a rede municipal tem investido na formação continuada dos professores com encontros pedagógicos sistemáticos, que oferecem subsídios para o professor em todas as deficiências e principalmente a que se fizer presente em sua sala de aula. A rede municipal conta hoje com 30 professores formados em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e 06 em Atendimento Educacional Especializado.

Hoje, cerca de 30 das 35 escolas de Altinho (municipais, estaduais e particulares) não atendem satisfatoriamente aos padrões de acessibilidade.

Os desafios para esta modalidade é, em primeiro lugar, vencer a discriminação contra as pessoas que apresentam necessidades especiais; incentivar

os pais e responsáveis a cumprirem a LDB no tocante à obrigatoriedade de matricularem seus filhos com necessidades especiais nas turmas regulares do ensino fundamental; ampliar o atendimento; formar mais professores; implantar sala de recursos multifuncionais na área rural e promover a acessibilidade nas escolas para melhor atender a todos.

DIRETRIZES

A política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, deixa claro que educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O acesso à educação tem início na educação infantil, por isso cabe ao Município estimular este atendimento e ampliá-lo no ensino fundamental.

O atendimento educacional especializado deve ser ampliado na área urbana e implantado na área rural, para garantir o bom desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais que deverão ter este atendimento no contraturno, para complementar ou suplementar a escolarização, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Faz-se necessário elaborar um plano de acessibilidade que contemple principalmente as escolas que atendem às crianças que apresentam necessidades educacionais especiais.

O processo educativo deve promover, a partir de um diagnóstico, não das deficiências, mas das potencialidades dos estudantes, programas curriculares que atendam aos desafios da contemporaneidade.

Considerando todos estes aspectos, faz-se necessário investir na valorização dos docentes que atuam nesta modalidade, bem como garantir a formação continuada.

OBJETIVOS E METAS

1. Ampliar em 100%, o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais.
2. Implantar no prazo de cinco anos, uma Sala de Recursos Multifuncionais na área rural.
3. Capacitar 10 professores, até o final da década, para o A.E.E. (atendimento

- educacional especializado).
4. Contratar 01 professor intérprete de Libras para as escolas onde houver alunos surdos.
 5. Realizar, programas de formação continuada em Educação Especial para os professores em exercício na rede pública municipal.
 6. Atender com o transporte escolar acessível a alunos com deficiência integrantes na rede pública municipal.
 7. Reformar as salas de Recursos Multifuncionais que se encontram em desacordo com as normas de acessibilidade.
 8. Climatizar as Salas de Recursos Multifuncionais.
 9. Oferecer o ensino da Língua Brasileira de Sinais aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, aos alunos surdos, seus familiares e funcionários da unidade escolar.
 10. Buscar parcerias com as áreas de Saúde e Assistência Social, para melhor assistir aos alunos com deficiência.
 11. Ofertar aos professores de A.E.E. da rede municipal cursos de Tiflogia e Libras.

8.2 Educação de Jovens e Adultos

DIAGNÓSTICO

O município de Altinho possui, de acordo com o IBGE – 2000, um índice de analfabetismo de 32,20%. Este percentual, bastante elevado, traz preocupações e, ao mesmo tempo acomodação; alimentação à crença de que estes mesmos índices estejam mais baixos, pois ao longo destes 10 anos muitas turmas de alfabetização de jovens e adultos foram formadas em toda a Rede.

Em 2012, o número de alunos atendidos nesta modalidade totaliza 82 no Programa Paulo Freire Pernambuco Alfabetizado; 228 no Ensino Fundamental e 115 no Ensino Médio, pela rede estadual.

Poucas escolas da rede estão autorizadas a oferecer esta modalidade de ensino, razão que justifica o declínio nas matrículas. Conforme dados acima, poucos estudantes saem das turmas de AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos) para as

turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), onde deveriam dar continuidade aos estudos e elevar os índices de escolaridade do Município.

O corpo docente é desafiado, constantemente, a oferecer um ensino atrativo, com metodologia, recursos e equipamentos diferenciados, à clientela que apresenta particularidades e exigências nem sempre acessíveis, pois além do cansaço cotidiano e dos programas televisivos, causadores de ausências injustificadas, há problemas de infraestrutura, que incomodam e funcionam como mola propulsora à não permanência desses estudantes no âmbito escolar, acarretando evasão.

Além disso, há carência de formação específica para os professores dessas turmas que, na grande maioria, foram transferido das turmas do ensino fundamental e passaram a ocupar as turmas de EJA sem obedecer a critérios definidos.

DIRETRIZES

Esboçar ideias acerca da Educação de Jovens e Adultos não é tarefa simples, ao passo que ela está imbuída de especificidades ligadas a condições sociais, econômicas, culturais e ideológicas. Portanto, desafiador, de caráter humanista e emancipatório. Contudo, reverter os índices disponibilizados pelo IBGE-2000, tem sido o desafio desta Secretaria.

Para tanto, foi renovada a adesão ao Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado e, em 2012 e 2013 mais turmas foram formadas

A reelaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) das escolas municipais, bem como seus regimentos, deverão contemplar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos para que a oferta possa ser expandida e o atendimento ampliado.

O acompanhamento pedagógico a essas turmas deverá receber impulso, pois ao demonstrar interesse pelo ingresso, permanência e sucesso na escola, auxiliamos o professorado e estamos galgando caminhos para uma educação próspera, além de lutar contra a evasão.

OBJETIVOS E METAS

1. Adequar e equipar escolas da área urbana e as escolas rurais do Distrito de Itaguaçu, dos Povoados da Vila São José, Taquara e Guaraciaba para o bom funcionamento das turmas de AJA e EJA, a partir de 2010.
2. Reelaborar as propostas Pedagógicas e os Regimentos das escolas, bem como construir a Proposta Curricular da EJA.

3. Intensificar o acompanhamento pedagógico e o monitoramento das turmas de AJA e EJA.
4. Incentivar os professores que ainda não estão graduados a buscarem sua formação inicial e concluí-la até 2015.
5. Oferecer formação continuada específica para os professores que trabalham com jovens e adultos.
6. Garantir a formação específica para os professores que trabalham com JOVENS E ADULTOS na rede municipal de ensino.
7. Oferecer, no mínimo, a 25% dos matriculados na educação de JOVENS E ADULTOS cursos profissionalizantes até o final do decênio.
8. Diminuir o índice de analfabetismo do município de 32% para 22% até 2017.

8.3 Educação do Campo

DIAGNÓSTICO

Das 31 escolas da rede municipal, 26 encontra-se na área rural. Estas escolas atendem à Educação Infantil e aos iniciais do Ensino Fundamental e 02 atendem também aos anos finais.

Apesar do grande quantitativo de unidades escolares, o número de matrículas na área rural vem diminuindo a cada ano, ocasionando o fechamento de algumas escolas em certas comunidades.

Os principais desafios impostos à Educação do Campo em nosso Município passam pela área da formação de professores para a atuação em turmas multisseriadas, insuficiência de bibliotecas nas escolas rurais, bem como a infraestrutura de algumas escolas que não atendem aos padrões mínimos de funcionamento escolar (PMFE) estabelecidos pelo MEC.

DIRETRIZES

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002) visam construir uma escola considerando as especificidades da área rural. Principalmente considerando o diagnóstico do município, são estabelecidas as seguintes diretrizes:

Assegurar o direito à aprendizagem escolar, guardadas as especificidades da área rural, garantindo a igualdade de condições com a área urbana.

É necessário aderir à política de formação continuada para os professores da área rural, privilegiando as práticas em turmas multisseriadas. E em consonância com o Plano de Ações Articuladas (PAR).

Visando garantir melhores condições de trabalho para os professores e de aprendizagem para os alunos, é interessante construir um plano para nuclear as escolas rurais, garantindo as condições necessárias para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

Ampliar o atendimento dos anos finais do ensino fundamental na área rural.

A revisão das propostas pedagógicas das escolas rurais em consonância com as suas especificidades é imprescindível para garantir uma escola cidadã.

OBJETIVOS E METAS

1. Possibilitar que em cinco anos todos os professores da área rural tenham curso superior e que até o final da década 30% possuam cursos de pós-graduação, principalmente em afins.
2. Ampliar em 30% em cinco anos, o atendimento aos anos finais do ensino fundamental na área rural. E em 25% o atendimento à Educação Infantil.
3. Equipar 30% das escolas rurais com bibliotecas ou salas de leitura, e 10% com laboratórios de informática, até o final da década.
4. Reformular as propostas pedagógicas das escolas rurais, para que de acordo com as diretrizes para a educação do campo, sejam contempladas as suas especificidades.
5. Nuclear 5% de escolas rurais no período de 4 anos garantindo infraestrutura e melhores condições para a aprendizagem dos alunos, afim de que haja a possibilidade ao final da década, 20% das escolas rurais funcionem com turmas unisseriadas.
6. Oferecer educação em tempo integral até o final do decênio.

9. MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

9.1 Formação e Valorização dos profissionais da Educação

DIAGNÓSTICO

A tônica da contemporaneidade, no que tange às questões educacionais, mais do que nunca, traz como foco a Formação e a Valorização dos Profissionais da Educação.

Não destoando da realidade apresentada no panorama nacional, o município de Altinho, ciente da necessidade de cumprir esta ação de política pública, vem promovendo, como base na ética e na equidade, incentivos e instrumentos que viabilizam o acesso à formação inicial e à formação continuada dos profissionais de educação (professores, especialistas e funcionários de apoio técnico-administrativo que atuam nas instituições de ensino).

Difundindo a busca pela boa qualidade do ensino e a eficácia da aprendizagem, mensalmente são promovidos encontros de formação continuada. Estes encontros, advindos do projeto de intervenção pedagógica e baseado no art.61 da LDB, visam oferecer aos professores dos diversos níveis e modalidades de ensino, fundamentação teórica e metodológica que atenda as necessidades do currículo, bem como àquelas detectadas pela equipe de ensino.

Dados do INEP 2007 apresentam quadro não satisfatório de formação inicial e continuada em cursos presenciais (74,1%). Contudo, entende-se que diante da impossibilidade de os professores deslocarem-se de áreas rurais, com acesso difícil e ausência de transporte a alternância de aderir aos cursos na modalidade EAD é imprescindível e, em nestes casos, deve ser incentivada.

Outrossim, com o objetivo da busca da qualidade de ensino e eficácia da aprendizagem faz-se necessário a oferta de curso de graduação e pós na modalidade presencial para os profissionais da educação da rede municipal que têm condições de acessibilidade.

DIRETRIZES

As diretrizes que norteiam a formação e a valorização dos profissionais da educação estão postas em inúmeros documentos oficiais e não poderiam estar ausentes neste esboço, dado a sua relevância e necessária efetivação.

Alçar investimento financeiro e material humano, necessários ao desenvolvimento de políticas públicas emancipatórias, é um dos desafios dos que fazem educação. Outro desafio é oferecer espaços adequados para a realização de situações de ensino e aprendizagem, haja vista a precária infraestrutura de algumas escolas.

O estabelecimento de parcerias e a busca pela oferta de uma educação de qualidade não é apenas anseio da rede pública, razão pela qual gestores e professores da rede particular têm sido convidados a participar dos encontros de formação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Cumprir os duzentos dias e oitocentas horas letivas, garantir a carga horária de formação e participar das avaliações internas e externas com responsabilidade e buscando elevar os índices e estatísticas do município.

Montar e equipar a Biblioteca do Professor com títulos atualizados, periódicos, revistas, jornais e outros recursos que favoreçam aprendizagem, reflexão e superação da dicotomia teoria x prática, possibilitando uma verdadeira práxis educativa.

OBJETIVOS E METAS

1. Implantar o PCCM reformulado;
2. Garantir que até 2015, 80% dos professores da rede sejam graduados;
3. Construir o Plano de Formação Continuada visando garantir formação necessária para todos os professores da rede, seja inicial ou em serviço;
4. Construir duas escolas no decorrer do decênio e reformar 3 Unidades de Ensino por ano;
5. Oferecer a 20% dos professores da rede particular encontros de formação continuada, atingindo 100% em cinco anos;
6. Realizar acompanhamento pedagógico mensal, atingindo 40% das turmas de educação infantil e do ensino fundamental;

7. Promover encontros de formação continuada para 100% dos professores da rede, contemplando os níveis e modalidades, bem como suas especificidades;
8. Adquirir a cada dois anos 80 títulos para a biblioteca do professor;
9. Instituir avaliação interna de desempenho dos profissionais de educação em cinco anos;
10. Aprimorar ao máximo, as práticas de avaliação da aprendizagem dos exames externos;
11. Cumprir o calendário escolar e organizar o cumprimento das aulas atividades sem comprometer a oferta dos dias e horas letivas;
12. Envolver os profissionais da educação na elaboração e efetivação do projeto político Pedagógico.

10. GESTÃO E FINANCIAMENTO

10.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

DIAGNÓSTICO

Desde a redemocratização do país em 1988, a própria Constituição Federal garante que a sociedade civil tenha espaços próprios para participar da gestão pública, através dos conselhos.

Assim a formação de um cidadão crítico e participativo nunca foi tão urgente, ainda mais quando a escola vem assumindo vários papéis que outrora pertenciam a uma estrutura familiar que hoje já não existe mais.

Hoje, contamos com a ausência dos pais na escola o que acarreta uma série de fatores que prejudicam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho dos docentes.

A criação de Unidades Executoras tem ensaiado uma participação mais ativa da sociedade nas decisões de como aplicar os recursos destinados às escolas. Mas esta participação ainda é insuficiente.

Temos como desafios, ampliar o número de conselhos escolares, capacitar os conselheiros, incentivar a participação mais ativa da comunidade escolar, proporcionar uma escola mais aberta e mais democrática.

DIRETRIZES

Para que a gestão exerça seu trabalho de uma forma efetiva, eficiente e eficaz é necessário estar atenta aos anseios da sociedade que lhes sustenta. Faz-se necessário desburocratizar e principalmente descentralizar a gestão em suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, envolvendo toda a comunidade escolar nas diversas ações da escola.

Trazer a sociedade para dentro da escola e inseri-la no contexto da sociedade, e só assim teremos uma escola democrática e que atenda os anseios da formação de cidadãos críticos e participativos.

OBJETIVOS E METAS

1. Incentivar a criação de conselhos escolares e Grêmios Estudantis em 20% das escolas até o final da década.
2. Garantir a Capacitação, em cinco anos, de 100% dos conselheiros escolares, sobre seu papel em parceria com o MEC a partir de Assistência Técnica firmada no Plano de Ações Articuladas.
3. Definir padrões mínimos de qualidade da aprendizagem na educação Básica, partilhando decisões com a comunidade educacional, perseguindo a melhoria do IDEB.
4. Fortalecer os órgãos colegiados, inclusive as representações estudantis, e estimular a participação de todos no cotidiano escolar.
5. Assegurar formação continuada para equipe de gestores escolares.

10.2 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO

O artigo 212 da constituição federal define o percentual mínimo da receita “resultante de impostos” que deve ser aplicado na educação pelos entes da Federação. Por esta regra a União deve aplicar na educação o mínimo, 18% de suas receitas, e os estados e Municípios o mínimo de 25%.

Nas últimas décadas, no âmbito das políticas educacionais, destacaram-se, sobremaneira, as modificações de ordem jurídico-institucional. Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, quatro textos legais foram de grande importância para a área educacional: a aprovação da LDB (Lei nº 9.394/96) e do PNE (Lei nº 10.172/01), bem como a instituição do Fundef alterado pela aprovação da Emenda Constitucional nº 53 e da Lei nº 11.494 de 2007, que respectivamente criou e regulamentou o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da Educação Básica.

Temos como principais desafios, a remuneração adequada dos profissionais da educação, formação continuada, condições de trabalho e funcionários, materiais necessários a aprendizagem dos estudantes.

DIRETRIZES

As diretrizes de financiamento da educação surgem como instrumentos para garantir a efetivação do direito à educação prevista na CF e na LDB, tendo por base as diretrizes elencadas pelo Plano Nacional de Educação e Atualmente consolidadas através do FUNDEB.

Garantir a equidade, através do valor mínimo por aluno, definido nacionalmente.

Estimular o fortalecimento dos órgãos de controle social, garantindo a transparência das ações e aplicações dos recursos.

OBJETIVOS E METAS

1. Implementar mecanismo de fiscalização e controle que assegurem o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal quanto à aplicação dos percentuais vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
2. Implementar ações para uma possível erradicação do analfabetismo no município em 10 anos, sendo 20% no primeiro ano, com o aumento progressivo a cada ano;
3. Buscar parcerias para melhorar o transporte escolar e assegurar a manutenção destes transportes.
4. Assegurar a autonomia das escolas, na definição da proposta pedagógica e no gerenciamento dos recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar.

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O monitoramento das ações propostas acontecerá de forma processual e contínua por uma COMISSÃO a ser constituída pela Secretaria Municipal de Educação através de portaria, para realizar o acompanhamento e o aprimoramento do sistema descentralizado e participativo, além da melhoria da qualidade do ensino do Município e o alcance das metas estabelecidas no IDEB.

FICHA TÉCNICA

❖ PREFEITO

JOSÉ AILSON DE OLIVEIRA

❖ SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ PETRÚCIO RODRIGUES

❖ COORDENADORES DO GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO

SANDRA JESUS DE MELO TAVARES SOARES

ANDREA CRISTINA DA SILVA

LUIZ CARLOS RODRIGUES

❖ GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PME

JOSÉ PETRÚCIO RODRIGUES

SANDRA JESUS DE MELO TAVARES SOARES

ANDREA CRISTINA DA SILVA

LUIZ CARLOS RODRIGUES

DENNISA REJANE DE ARAÚJO

MARIA JUCILENE ARAÚJO RODRIGUES

MARIA CLAUDINETE GOMES DE VASCONCELOS

MARIA EDENISE MENEZES DE ALMEIDA

RICARDO ANDRADE DA SILVA

MARIA JOSÉ ALVES DA ROCHA

ANDRÉA ALVES COSTA DE SOBRAL

QUITÉRIA SEBASTIANA DA SILVA

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA

❖ GRUPO DE APOIO DO PME

CÍCERA JARLEIDE CORREIA LINS

HELENEIDE CRISTINA DE AMORIM RODRIGUES

JOSELMA CORDEIRO DE LIMA

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA FLORÊNCIO

MARIA IVONETE ARAÚJO DA SILVA

NEILDE DUARTE BEZERRA DE SOUZA

ROSA MARIA CELESTINO MONTEIRO

SELMA MARIA RODRIGUES

VANILDA VASCONCELOS BENEVIDES DE OMENA

WALKÍRIA MARIA VASCONCELOS

❖ CORREÇÃO ORTOGRÁFICA

JOSÉ PETRÚCIO RODRIGUES

❖ DIGITAÇÃO

CLÍVIAM THAYRES DE ALMEIDA SILVA

LUIZ CARLOS RODRIGUES

LAÍS AMANDA SOBRAL RODRIGUES